

- Questões gabaritadas de provas recentes da FCC, selecionadas de acordo com Edital N° 01/2026 os temas em comum aos cargos de Conhecimentos Gerais;
- Organizados por disciplinas e assuntos.

1.000

QUESTÕES PARA

TJ-CE

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa
Raciocínio Lógico-matemático
Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência
(resolução Csjt nº 386/2024 - Art. 6º)
Legislação

1.000

QUESTÕES PARA A

TJ-CE

CONHECIMENTOS GERAIS

APRESENTAÇÃO

O treino de questões, além de testar seus conhecimentos, é fundamental para compreender melhor o perfil da banca organizadora. Ao mesmo tempo em que você revisa a teoria estudada, pratica a metodologia da banca e cria uma rotina de estudos essencial para a sua preparação.

Pensando nisso, a série Caderno de Questões apresenta 1.000 questões gabaritadas para o concurso Tribunal de Justiça do Estado do Ceará TJ-CE, trazendo as mais recentes questões organizadas pela banca FCC, contratada para a realização do certame e também um complemento de bancas variadas, para os Conhecimentos Gerais, de acordo com os itens mais relevantes do Edital nº 1, de 2026.

O material é separado em disciplinas, de acordo com os assuntos abordados no edital publicado, para que você possa treinar tudo o que foi cobrado e já conhecer o que, possivelmente, sua banca irá abordar.

Neste material, você encontra, ainda, o gabarito oficial ao final de cada disciplina, para conferir suas resoluções.



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.


POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?


- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**


QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO


LÍNGUA PORTUGUESA	11
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	11
→ ACENTUAÇÃO.....	12
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	12
→ ADJETIVO	13
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	14
→ CORRELAÇÃO VERBAL.....	20
→ LOCUÇÃO VERBAL.....	24
→ PRONOMES PESSOAIS.....	25
→ PRONOMES RELATIVOS.....	27
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	30
→ DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO	36
→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO.....	41
→ SUJEITO.....	42
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS	49
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	56
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	68
→ CRASE.....	74
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	79
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC).....	91
→ TIPOS DE DISCURSO (DIRETO, INDIRETO E INDIRETO LIVRE).....	107
→ FIGURAS DE LINGUAGEM	118
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO).....	123
→ GABARITO 	149
RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO.....	155
→ ESTATÍSTICA - MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS.....	155
→ MÉDIA PONDERADA	158
→ DESVIO MÉDIO.....	159
→ DESVIO PADRÃO E VARIÂNCIA.....	159

→ CONCEITO. FORMAS DA CURVA DE FREQUÊNCIA. POSICIONAMENTO RELATIVO DE MÉDIA, MEDIANA E MODA	160
→ MATEMÁTICA - REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	160
→ PORCENTAGEM	164
→ INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS.....	170
→ MATEMÁTICA FINANCEIRA - DESCONTO COMERCIAL SIMPLES	170
→ TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	172
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	173
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	175
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	178
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS.....	182
→ ORIENTAÇÃO NO PLANO, NO ESPAÇO E NO TEMPO	186
→ GABARITO 	188

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (RESOLUÇÃO CSJT Nº 386/2024 - ART. 6º).....191

→ DIREITOS HUMANOS - LEI Nº 7.853/1989 - LEI DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	191
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º AO 3º DA LEI Nº 13.146/2015).....	196
→ DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO (ARTS. 4º AO 9º DA LEI Nº 13.146/2015).....	207
→ DECRETO Nº 3.298/1999 - POLÍTICA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA.....	212
→ LEI Nº 10.098/2000 - ACESSIBILIDADE DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	214
→ DECRETO Nº 5.296/2004 - REGULAMENTA AS LEIS Nº 10.048/2000 E Nº 10.098/2000	223
→ LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - LEI Nº 8.899/1994 - LEI DO PASSE LIVRE	227
→ GABARITO 	228

LEGISLAÇÃO..... 231

→ DIREITO ADMINISTRATIVO ESTADUAL E DO DF - DO REGIME JURÍDICO DO FUNCIONÁRIO (ARTS. 1º A 5º DA LEI ESTADUAL Nº 9.826/1974).....	231
→ DO PROVIMENTO DOS CARGOS (ARTS. 6º A 61 DA LEI ESTADUAL Nº 9.826/1974).....	231
→ DA EXTINÇÃO E DA SUSPENSÃO DO VÍNCULO FUNCIONAL (ARTS. 62 A 66 DA LEI ESTADUAL Nº 9.826/1974)	233
→ DOS DIREITOS, VANTAGENS E AUTORIZAÇÕES (ARTS. 67 A 149 DA LEI ESTADUAL Nº 9.826/1974).....	233
→ DO REGIME DISCIPLINAR (ARTS. 174 A 233 DA LEI ESTADUAL Nº 9.826/1974).....	234
→ DIREITO PREVIDENCIÁRIO - OUTRAS NORMAS PREVIDENCIÁRIAS DO ESTADO DO CE	236
→ LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DOS TRIBUNAIS ESTADUAIS - LEI ESTADUAL Nº 16.397/2017 - CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CE	236
→ GABARITO 	239

LÍNGUA PORTUGUESA

→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS

1. (FCC – 2019) Todas as palavras estão grafadas corretamente em:

- Talvez restem poucas reminiscências no imaginário coletivo dos males de algumas doenças evitadas pela vacinação.
- Os médicos reinvidicam uma maior aderência dos pacientes às campanhas esclarecedoras sobre a vacinação.
- O medo de que as vacinas façam mau às crianças tem levado o Ministério da Saúde a rever suas estratégias.
- A ignorância quanto aos riscos das vacinas se estende das camadas mais pobres às mais abastadas da população.
- O ideal é que os responsáveis vacinem seus filhos exponetaneamente, visando protege-los e colaborando com o coletivo.

2. (FCC – 2018)

[Viagem sem volta]

Uma das nossas contradições fundamentais é a gente desejar viver na cidade grande e levar no inconsciente a intenção de criar em torno de nós a aldeia natal. Sabemos que a tranqüilidade e a solidariedade da vila são imprescindíveis à respiração normal do psiquismo; mesmo assim, no dia de cumprir nosso destino enfiamos as roupas melhorzinhas e partimos para a cidade, onde as aflições são certas, mas podem vir misturadas com um novo prazer, com uma alegria inédita.

Movidos por essa sensualidade das experiências novas e desafiadoras é que trocamos a paz preguiçosa e angelical da nossa província pelo festival demoníaco da metrópole. Pensará o jovem: “a terra de meu pai está cansada para as batatas...” E é assim que tantos partem para os grandes centros, agravando a poluição humana e deixando preocupado o ministro da Agricultura.

(Adaptado de: CAMPOS, Paulo Mendes. O mais estranho dos países. São Paulo, Companhia das Letras, 2013, p. 104)

Observam-se plenamente **a correta ortografia e a adequada pontuação** na redação do seguinte comentário sobre o texto:

- O autor da crônica não deixa de ajuizar, é certo, os prejuízos eventualmente causados pelo êxodo dos jovens, que comumente aspiram a viver nos grandes centros.
- O cronista parece acreditar que os jovens se esasperam, frequentemente, com a monotonia que se institue no cotidiano das suas pacatas aldeias.
- A agricultura é um dos segmentos econômicos que se dão mau pelo fato de prevalescer, entre os jovens, a necessidade de assessor os grandes centros.
- Em vez de se aceitarem como meros expectadores da vida que passa, muitos jovens embuem-se, de uma obrigação radical, e partem para a metrópole.
- A monotonia destitue a vida do grande encantamento que há naquilo que ao nos surpreender, traz consigo o prazer insubstituível das experiências reveladoras.

3. (FCC – 2018)

PORTARIA Nº 195, de 20 de dezembro de 2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Dispõe sobre o credenciamento da imprensa no âmbito da Presidência da República, e dá outras providências

O Secretário Especial de Comunicação Social da Presidência da República, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 16, incisos V e VIII, da Estrutura Regimental da Casa Civil da Presidência da República, aprovada pelo Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016, resolve:

Art.1º Esta Portaria dispõe sobre as normas de credenciamento da imprensa junto à Presidência da República.

[...]

Art. 4º O credenciamento será concedido a repórteres, repórteres fotográficos e cinematográficos e técnicos que tenham vínculo com jornais, agências de notícias veículos da internet, revistas, emissoras de rádio ou de televisão e agências de fotojornalismo que tenham sede ou sucursal em Brasília, devidamente registrados no CNPJ, que realizam publicações em portais de notícias e mídia impressa e além dos profissionais de imprensa vinculados a órgãos da imprensa estrangeira mediante os seguintes critérios:

I. uma mesma pessoa não poderá ser credenciada por mais de uma empresa e em mais de uma categoria profissional;

II. poderão ser credenciados mais de uma empresa ou grupo de empresas, conforme a área de interesse ou característica do veículo.

[...]

Art. 6º O credenciamento anual, inclusive dos profissionais de imprensa brasileiros que trabalhem em empresas estrangeiras, deve ser requerido, por meio de cadastramento eletrônico, no sítio do Planalto: <http://www2.planalto.gov.br/area-de-imprensa>, preenchendo a ficha de dados cadastrais e anexando a seguinte documentação em formato pdf único [...]

(Presidência da República, Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br>)

Todas as palavras estão grafadas em conformidade com a ortografia vigente em:

- Foram registradas paralizações no transporte inter-municipal.
- Está claro que a reação a essa impopular medida é iminente.
- Cada seção plenária da câmara bahiana terá duas horas de debate.
- Se vierem falar com agente, diga que não temos nada haver com o assunto.
- Para reinvidicar novos suprimentos, é preciso assinalá-los com asterísticos nesta lista.

4. (FCC – 2018) A frase em que todas as palavras estão grafadas em conformidade com a norma-padrão da língua é:

- Júlio Verne idealizou um objeto usado pelos repórteres com o proposito de capturar sons e imagens.
- Os cidadãos de Nantes sempre tiveram orgulho de pertencer à terra em que nasceu o escritor Júlio Verne.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

→ ESTATÍSTICA - MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS

21. (FCC – 2026) Um conjunto de dados fiscais contém n observações, com soma total igual a 180 e média 15. Após auditoria, descobre-se que um valor registrado como 27 deveria ser 3.

A nova média após a correção será

- a) 13
- b) 14
- c) 10
- d) 11
- e) 12

2. (FCC – 2026) A média aritmética de cinco números é 28. Após retirar um desses cinco números, recalculou-se a média dos quatro números restantes obtendo-se 26.

O número que foi retirado é

- a) 16
- b) 36
- c) 14
- d) 34
- e) 28

3. (FCC – 2025) Um juiz analisou 5 processos em um dia, além de outras tarefas. A fim de organizar seu tempo, esse juiz anotou na tabela os horários em que iniciou e terminou a análise de cada processo.

PROCESSO	INÍCIO	TÉRMINO
1	8:36	10:10
2	10:24	12:35
3	14:15	15:33
4	15:40	16:45
5	17:20	19:32

O tempo médio gasto por esse juiz nos 5 processos analisados foi de uma hora e

- a) quarenta e quatro minutos.
- b) quarenta minutos.
- c) trinta e oito minutos.
- d) quarenta e dois minutos.
- e) trinta e seis minutos.

4. (FCC – 2025) As idades dos amigos Ana, Bruno, Carla, Denise, Eduardo e Fábio são crescentes e nessa ordem, ou seja, Ana é mais nova do que Bruno que é mais novo do que Carla e assim por diante. A diferença entre as idades de Ana e Fábio é de 12 anos, entre Ana e Carla é de 4 anos, entre Carla e Eduardo é de 6 anos, entre Bruno e Denise é de 4 anos e entre Denise e Fábio é de 5 anos. Se Ana tem 15 anos, a idade média dos 6 amigos é

- a) 22
- b) 19
- c) 23
- d) 20
- e) 21

5. (FCC – 2025) O quadro a seguir mostra o número de processos analisados por 50 juizes em um determinado mês. Sabe-se que, no máximo, um juiz consegue avaliar 20 processos em um mês.

NÚMERO DE PROCESSOS ANALISADOS	NÚMERO DE JUÍZES
10 ou menos.	6
11 a 15.	23
16 ou mais.	21

O maior valor que podemos encontrar para o número médio de processos por juiz é

- a) 11,8
- b) 16,5
- c) 13,5
- d) 15,6
- e) 17,8

6. (FCC – 2025) Em um grupo de bailarinas, as idades são: 10,13,15 e 17 anos. Uma nova bailarina juntou-se ao grupo e a idade média das cinco bailarinas passou a ser 13,4 anos. A idade da nova integrante é

- a) 10 anos.
- b) 14 anos.
- c) 13 anos.
- d) 11 anos.
- e) 12 anos.

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (RESOLUÇÃO CSJT Nº 386/2024 - ART. 6º)

Caro aluno,

Os temas cobrados nesta disciplina não foram abordados em outras provas da banca FCC. Por esse motivo, pensando sempre em não prejudicar seus estudos, disponibilizaremos questões de outras bancas para que você não deixe de conhecer uma possível abordagem dos assuntos que estudou.

Cordialmente,

Nova Concursos

→ DIREITOS HUMANOS - LEI Nº 7.853/1989 - LEI DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

1. (FCC – 2025) A Lei nº 7.853/1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, traz medidas a serem observadas pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta de modo a assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos.

Assim, de acordo com essa lei, na área da educação, exige-se, dentre outras,

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1ª e 2ª graus, a supletiva, a habilitação e a reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios.
- b) oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento privado de ensino.
- c) matrícula facultativa em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino.
- d) inserção, no sistema educacional, das escolas especiais, exclusivamente públicas.
- e) oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a seis meses, educando portadores de deficiência.

2. (FCC – 2024) A Lei nº 7.853/1989 dispõe, dentre outras, sobre medidas judiciais destinadas à proteção de Interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência. Nos termos da referida Lei, a sentença proferida

- a) contra o autor da ação poderá ser objeto de recurso por qualquer legitimado ativo, inclusive o Ministério Público.
- b) de improcedência da ação produzirá efeitos imediatos, independentemente de sua reapreciação em sede de duplo grau de jurisdição.
- c) terá sempre eficácia inter partes, Independentemente do seu desfecho, Isto é, se procedente ou improcedente a ação.
- d) terá eficácia de coisa julgada oponível erga omnes, exceto no caso de haver sido a ação julgada Improcedente por deficiência de prova, hipótese em que apenas o Ministério Público poderá Intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

- e) que concluir pela carência da ação não estará sujeita ao duplo grau de jurisdição, pois apenas a sentença de improcedência sujeita-se a esta sistemática.

3. (VUNESP – 2020) Uma Associação civil, devidamente constituída por lei, pretende ajuizar ação judicial para proteção de pessoas com deficiência, tendo em vista que atua na defesa desses interesses coletivos, e com essa finalidade, requereu a determinado órgão público certidões e informações para a devida instrução da referida ação. Nessa situação hipotética, nos moldes da Lei no 7.853/1999, é correto afirmar que a associação

- a) não tem legitimidade para ajuizar a ação, a qual somente pode ser ajuizada pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública, e o órgão público não está obrigado a atender ao requerimento de fornecimento dos documentos.
- b) tem legitimidade para ajuizar a ação, desde que constituída há mais de um ano, mas o órgão público não está obrigado a atender ao requerimento, pois os documentos somente podem ser fornecidos por ordem judicial ou a pedido do Ministério Público.
- c) tem legitimidade para ajuizar a ação, desde que constituída há mais de um ano, e o órgão público está obrigado a atender ao requerimento, e os documentos, uma vez fornecidos, podem ser utilizados para instrução da ação civil e para outros fins a critério da Associação.
- d) não tem legitimidade para ajuizar a ação, a qual somente pode ser ajuizada pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública, mas o órgão público está obrigado a atender ao requerimento de fornecimento dos documentos, para tutela dos interesses defendidos pela Associação.
- e) tem legitimidade para ajuizar a ação, desde que constituída há mais de um ano, e o órgão público está obrigado a atender ao requerimento, mas os documentos somente podem ser utilizados para instrução da ação civil.

4. (VUNESP – 2020) A Lei nº 7.853/1989 dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, entre outros aspectos. Assinale a alternativa que traz corretamente uma disposição contida nessa legislação.

- a) Ao Poder Público e seus órgãos, as empresas privadas, além da família e da sociedade em geral cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.
- b) Na área da educação, compete ao Poder Público, a promoção de ações preventivas, como as referentes ao planejamento familiar, ao aconselhamento genético, ao acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, à nutrição da mulher e da criança, à identificação e ao controle da gestante e do feto de alto risco, à imunização, às doenças do metabolismo e seu diagnóstico e ao encaminhamento precoce de outras doenças causadoras de deficiência.

LEGISLAÇÃO

→ DIREITO ADMINISTRATIVO ESTADUAL E DO DF - DO REGIME JURÍDICO DO FUNCIONÁRIO (ARTS. 1º A 5º DA LEI ESTADUAL Nº 9.826/1974)

1. (CEV UECE – 2018) NÃO se aplica o Regime Jurídico do Funcionário Civil do Estado do Ceará aos

- a) Procuradores do Estado.
- b) Juízes de Direito do Estado.
- c) Secretários do Estado.
- d) Servidores do Poder Legislativo.

→ DO PROVIMENTO DOS CARGOS (ARTS. 6º A 61 DA LEI ESTADUAL Nº 9.826/1974)

2. (CEV UECE – 2025) O reingresso no sistema administrativo do aposentado por invalidez, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria, denomina-se

- a) readaptação.
- b) reaproveitamento.
- c) recondução.
- d) reintegração.
- e) reversão.

3. (IDECAN – 2025) De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Ceará (Lei nº 9.826/1974), a posse no cargo público deverá ocorrer dentro de prazo determinado após a publicação do ato de provimento, sendo possível a posse por procuração em situações especiais. Também está prevista a possibilidade de prorrogação do prazo para posse, mediante requerimento do servidor ou seu representante legal. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- a) a posse deve ocorrer em até 30 dias após a publicação do ato de provimento, e o prazo pode ser prorrogado até o máximo de 60 dias após o término desse prazo, mediante requerimento.
- b) a posse deve ocorrer em até 15 dias após a publicação do ato de provimento, e o prazo pode ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente.
- c) a posse deve ocorrer em até 60 dias após a publicação do ato de provimento, e o prazo pode ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente.
- d) a posse deve ocorrer em até 30 dias após a publicação do ato de provimento, e o prazo pode ser prorrogado até o máximo de 90 dias após o término desse prazo, mediante requerimento.
- e) a posse deve ocorrer em até 30 dias após a publicação do ato de provimento, e o prazo pode ser prorrogado por igual período, mediante requerimento.

4. (FCC – 2022) Sobre a posse em cargo público:

- a) Seu prazo é de até 60 dias, contados da publicação do ato de provimento.
- b) É admitida posse por procuração específica.
- c) Pode ocorrer mesmo que pendente inspeção médica oficial, que deve preceder ao exercício.
- d) Deve ocorrer em simultaneidade ao exercício efetivo.
- e) Seu prazo é de até 15 dias da data da nomeação do servidor.

5. (FCC – 2022) Um funcionário público em estágio probatório apropriou-se de insumos hospitalares disponíveis em uma unidade de atendimento, disposto a aliená-los no mercado informal paralelo em proveito próprio. Em razão de sua situação funcional

- a) deverá ser exonerado cautelarmente, instaurando-se processo administrativo na sequência, para apuração dos fatos ocorridos e infrações cometidas.
- b) poderá ser demitido somente após a conclusão do triênio do estágio probatório, por ocasião da avaliação especial de desempenho ordinária.
- c) poderá ser submetido a avaliação especial de desempenho extraordinária, culminando com sua demissão, sem prejuízo da aplicação de outras sanções, inclusive por improbidade administrativa.
- d) não pode ser responsabilizado por improbidade administrativa, salvo se tiver agido em conjunto com agente público e se o produto do ilícito tiver revertido também em favor do sujeito ativo da improbidade.
- e) será responsabilizado como servidor público efetivo, antecipando-se sua confirmação na carreira, para que possa figurar como réu no processo administrativo-disciplinar de apuração de responsabilidade.


6. (IDECAN – 2021) Com base na Lei 9.826/74 e suas atualizações posteriores, é correto afirmar que o estágio probatório é o período de

- a) três anos de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado do início do exercício funcional.
- b) dois anos de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado do início do exercício funcional.
- c) três anos de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado da data da posse.
- d) dois anos de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado da data da posse.
- e) três anos de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado da data da nomeação.

7. (IDECAN – 2021) Com base na Lei 9.826/74 e suas atualizações posteriores, assinale a afirmativa INCORRETA.


- a) As faltas disciplinares cometidas pelo servidor após o decurso do estágio probatório e antes da conclusão da avaliação especial de desempenho serão apuradas por meio de processo administrativo-disciplinar, precedido de sindicância, esta quando necessária.

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

[ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO](#)